

**A CIDADE DE MARACÁS-BA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO
DE MINERAÇÃO DE VANÁDIO**

FLÁVIO GUIMARÃES DE SOUZA

Mestrando do programa de Pós Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal
da Bahia

FALGUIMA@YAHOO.COM.BR

A CIDADE DE MARACÁS-BA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE MINERAÇÃO DE VANÁDIO

RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa sobre a cidade de Maracás-BA a partir da implantação do projeto de mineração de vanádio, de modo que destaca-se como objetivo geral analisar, identificar e compreender as principais implicações socioespaciais da implantação da usina de extração e beneficiamento do minério de vanádio no município de Maracás. Desde 1976 que foram descobertas jazidas de vanádio, um mineral que pode ser considerado como um ferro menos denso e é utilizado em ligas de aço para dar mais resistência e leveza aos produtos fabricados com este mineral. Daí para cá, houve muita especulação sobre a exploração desta jazida, localizada na zona rural do município no povoado de Água Branca a uma distância de aproximadamente 60 km da sede municipal. Entretanto, três décadas se passaram para que em 2007 ocorresse viabilidade para extração e beneficiamento, cuja demanda externa pelo produto de vanádio permitiria investimentos iniciais de mais de R\$100 milhões. Foram realizadas consultas na comunidade, requisitadas as licenças necessárias, elaborados o EIA-RIMA e desta maneira o caminho para implantação do projeto de mineração de vanádio estava aberto. A cidade de Maracás é considerada neste aspecto como área de influência direta no que diz respeito ao meio socioeconômico, tendo em vista que se constitui como o centro mais próximo para oferta de serviços e produtos. Portanto, a metodologia utilizada nesta pesquisa foi baseada no levantamento de problemas para que sejam esclarecidos como, por exemplo, até que ponto a cidade de Maracás está preparada do ponto de vista da oferta de bens e serviços coletivos para este momento de crescimento econômico. Assim, é possível entender que o espaço urbano é reflexo desta nova atividade econômica no município, especialmente na fase de implantação, cujo processo atraiu trabalhadores de muitas cidades para montar a primeira usina de extração e beneficiamento de vanádio das Américas. Neste aspecto, investiga-se não somente a força de trabalho utilizada neste contexto, mas também os impactos socioambientais na Área de Influência Direta, ou seja, a cidade de Maracás que vivencia uma nova dinâmica urbana a partir da valorização fundiária/imobiliária, abertura de loteamentos, empreendimentos imobiliários, modificações no comércio, expansão física entre outros processos.

Palavras-chave: Mineração de Vanádio. Valorização imobiliária. Cidade de Maracás.

1 INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado teve como objeto as implicações espaciais advindas da implantação do projeto de mineração de vanádio no município de Maracás-Ba. O município está situado, em parte, na bacia do rio Jiquiriçá e do rio de Contas, no semiárido baiano, a 360 km da capital, e atualmente tem cerca de 25.000 habitantes (IBGE, 2010), dos quais, cerca de 70% reside na zona urbana. Desde a década de 1970,

os engenheiros da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) descobriram o minério de ferro-vanádio nas localidades próximas ao riacho Jacaré – no povoado de Água Branca. Desde então diversos estudos de viabilidade têm sido elaborados de modo que a empresa Vanádio Maracás S.A providenciou o Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) em 2007. A partir de então se deu início aos processos de solicitação de licenças ambientais de implantação e construção da fábrica da mina na fazenda Patrício para exploração do alvo Gulçari A.

A fábrica de beneficiamento mineral foi implantada nas proximidades do povoado de Água Branca a 60 km da sede do município; e a água a ser utilizada no processo industrial e outras utilidades será captada da Barragem de Pedra (no rio de Contas) por uma adutora de aproximadamente 40 km de extensão construída pela empresa Vanádio de Maracás SA. O investimento inicial do projeto é de mais de R\$100 milhões.

Atualmente a cidade de Maracás está atraindo significativo contingente de população de diversas localidades, estes com a expectativa de trabalhar nas atividades vinculadas à mineração, e também passou a atrair investimentos no setor de serviços: hospedagem, alimentação e no mercado de terra urbana e habitação, implicando já o início de um processo de especulação e valorização fundiária/imobiliária. Assim, o esforço do estudo foi identificar e compreender as principais transformações que já se apresentam como tendência na economia do município, na dinâmica da população, na infraestrutura da cidade e na organização político-administrativa municipal.

Nos dias que correm a economia baiana tem sido relativamente arejada com novos investimentos, e grande parte destes é associado à indústria de transformação com forte concentração na Região Metropolitana de Salvador, o polo econômico mais dinâmico, mas ao lado disso o interior também passou a ser estimulado com investimentos consideráveis na agropecuária, na fruticultura, na silvicultura e mais recentemente na mineração. Estes últimos ocorrendo de maneira mais desconcentrada no interior baiano.

2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO COMO BASE PARA O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Para iniciarmos a discussão a respeito da organização do espaço urbano, em específico da cidade de Maracás faz-se necessário trazermos em tela alguns enfoques e

análises de temas estudados no que diz respeito ao conceito de espaço geográfico, tendo em vista que o espaço produzido pelas sociedades humanas em seus diferentes momentos históricos intermediados por sistemas técnicos também distintos dá base para introduzirmos a discussão aqui proposta.

O conceito de espaço geográfico é assim explicado por Santos (1997) quando ele afirma que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe são um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 1997, p. 51).

Conforme Santos (1997), considera-se que as distintas porções do espaço geográfico não estão isoladas. Todas as partes do mundo estão de alguma forma articuladas pelos objetos criados pela sociedade humana, é o caso das redes geográficas (DIAS, 2005; SANTOS 1997; CORRÊA 1997; SANTANA, 2006). Isso é um fato cada vez mais presente, favorecido pelos sistemas técnicos (telecomunicações e transporte que são aproveitados, sobretudo, pelas empresas estruturadas em rede, mas também os grupos sociais. Desta maneira, as redes geográficas possibilitam a articulação dos fenômenos e fatos geográficos em suas distintas escalas espaciais (SANTOS, 1997; CASTRO, 1995; RAFFESTIN, 1983) desde o mundo até o local.

E é com base nesses conceitos que se pode compreender as transformações espaciais (as ações da sociedade humana no processo de produção e de organização do espaço geográfico) por meio da lei do desenvolvimento geograficamente desigual (SMITH, 1988). Assim, sob essa lei geral no sistema capitalista, há uma tendência geral para a uniformização dos lugares e das ações, movidas pelos agentes sociais hegemônicos, em especial não somente as grandes empresas, mas os governos também. Isto ocorre principalmente sob as leis e demandas do capital, mas que encontra nos lugares, resistências, e a tendência à diferenciação se impõe, com mais ou menos força. Isso se materializa no cotidiano da vida humana e nas formas/funções espaciais: fábricas, ferrovias, cidades, fazendas, relações de trabalho, aplicação da justiça etc.

O espaço geográfico se constitui, neste contexto, como base para toda e qualquer

relação entre a sociedade e o meio que a envolve. A organização do espaço urbano neste entendimento é um processo, na medida em que se utiliza de objetivos econômicos e constrói o espaço da cidade interagindo nesta dinâmica com o poder público (União, Estados e Municípios); os agentes privados (proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção, empresas incorporadoras etc.); e os grupos sociais distintos etc. implicando o processo de reprodução do espaço geográfico.

Santos (1996, p. 79) enfoca a distinção entre o urbano e a cidade, haja vista a confusão que se faz em relação aos seus significados. Segundo o autor “[...] o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há o que confundir”. O fenômeno urbano se apresenta como realidade mundial implicando o conjunto de relações socioespaciais e das respectivas práticas sociais, as quais resultam por transformar a cidade e adicionar maior complexidade ao urbano. Neste entendimento, Lefebvre (2004, p. 54) salienta que “O fenômeno urbano resulta de um procedimento analítico a partir de diversos componentes dentro de um campo científico, a saber, envolve: geografia; demografia; história; a psicologia; a sociologia etc.” De acordo com esta compreensão do autor há uma dimensão do urbano que se constitui, de fato, como um fenômeno, posto que o processo que conduz à condição do urbano passa por uma série de processos/transformações até atingir a chamada sociedade urbana.

Em se tratando do que expõe Lefebvre (2004) sobre a ideia de espaço urbano, tem-se que:

A organização neocapitalista do consumo mostra sua força na rua, que não é só a do poder (político), nem a da repressão (explícita ou velada). A rua, série de vitrines, exposição de objetos à venda, mostra como a lógica da mercadoria é acompanhada de uma contemplação (passiva) que adquire o aspecto e a importância de uma estética e de uma ética. A acumulação dos objetos acompanha o da população e sucede a do capital; ela se converte numa ideologia dissimulada sob as marcas do legível e do visível, que desde então parece ser evidente. É assim que pode se falar de uma colonização do espaço urbano, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelo sistema dos objetos, tornado símbolos e espetáculos (LEFEBVRE, 2004, p. 31).

De acordo Lefebvre (2004) o urbano (abreviação de “sociedade urbana”) define-se, portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas ao contrário como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo isto é, para realizá-lo é preciso em princípio

contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível.

3 AS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DIRETA E INDIRETA DO EMPREENDIMENTO VANÁDIO DE MARACÁS

Um dos aspectos importantes quanto às áreas de influência do projeto de mineração se refere aos aspectos socioespaciais, ao tempo em que se percebe o contato direto com comunidades rurais como Água Branca, Jacaré, Pindombeira, Porto Alegre entre outras. De acordo a empresa Vanádio Maracás a delimitação das áreas e os aspectos que foram levados em consideração envolvem fatores naturais e socioeconômicos. Nesta compreensão, essas delimitações são chamadas de áreas de influência direta e indireta do empreendimento. “[...] são considerados o meio físico relativo aos aspectos físicos da natureza como solo, águas, ar e vento; o meio biótico, no qual se encontra a fauna e flora e o meio socioeconômico, que se refere à comunidade (VANÁDIO DE MARACÁS, 2007, p. 46).

É possível entender com base na descrição do RIMA DA VANÁDIO DE MARACÁS (2007) que as áreas de Influência Direta (AID), quanto ao meio biogeográfico são aquelas áreas sujeitas aos impactos diretos da implantação, operação ou desativação do empreendimento, levando em consideração toda a fauna, flora e a comunidade próxima ao projeto. Assim, além das microbacias hidrográficas na área do empreendimento, incluem-se a serra do Canta Galo, a serra do Bodeiro, o vale do rio Jacaré e seus tributários que se localizam na área onde se encontra a mina.

Diante do que foi exposto em relação à AID dos ambientes destacados como biológicos ou biogeográficos, é possível entender, de acordo com o RIMA que a AID

É formada pelo conjunto de áreas nas quais serão realizadas as interferências propriamente ditas do empreendimento, como as cavas de Gulçari A e Novo Amparo, as áreas de pilhas de estéril e de disposição de rejeitos, os locais onde serão erguidas as estruturas industriais e administrativas, as vias de acesso, inclusive parte da estrada de acesso ao empreendimento, cujo traçado vai da rodovia BA 026 até o povoado de Porto Alegre (VANÁDIO DE MARACÁS, 2007, p. 49)

Com isso, a AID, quanto ao aspecto geoambiental é subdividida em Área Diretamente Afetada (ADA) – que é constituída pela área onde se localiza ou se desenvolve efetivamente o empreendimento, caracterizado especificamente pelas áreas com cobertura vegetal de caatinga, solos, rochas, a paisagem local a atmosfera. Todos

esses recursos naturais sofrerão interferência direta pela ação da montagem do empreendimento e sua consequente exploração do minério de vanádio.

O coordenador de sustentabilidade da empresa Vanádio Maracás, explicou alguns pontos sobre as bacias de rejeitos, que se trata do método utilizado pela empresa mineradora para descarte dos resíduos da operação. Em informativo do mês de julho de 2013 o coordenador explica que “uma barragem de rejeitos é uma grande bacia onde depositam-se água e rejeitos do processo industrial como uma bacia para lavar roupas”. Segundo ele a água proveniente da “ciclonagem”, filtragem e da drenagem das bacias de rejeitos retorna para a planta para reuso no processo industrial. Se der uma chuva forte a água pode ser captada e enviada para a planta metalúrgica, para reuso no processo industrial. Se der um vento forte o formato dela impede a formação de poeiras. Este material, segundo ele não é contaminante.

De acordo explicação do coordenador em referência os rejeitos depositados nas bacias de rejeitos ficarão lá para sempre. Após encher a bacia, o material será recoberto por um plástico e por material terroso. Posteriormente esta área será recoberta por terra vegetal e será plantada vegetação, que recobrirá essa bacia.

Ainda, segundo o mesmo coordenador os rejeitos provenientes da separação magnética (matéria não magnética) serão filtrados para retirada da maior parte da água e enviados para a bacia de rejeitos através de uma correia transportadora. Após a retirada da água, o rejeito ficará como uma massa de bolo, ou seja, com pouca quantidade de água.

Estas bacias têm revestimento com um nível de Plástico de Alta Densidade (PAD), um nível de areia e acima deste um outro nível de PAD. Ainda para proteger mais, tem um material filtrante, uma espécie de tapete grosso. Toda a água que for armazenada nestas bacias retorna para o beneficiamento mineral. Neste sentido, o material que será depositado nestas bacias não entra em contato nem com o solo, nem com o lençol freático. Então, é uma forma de proteção ambiental para que não haja contaminação de espécie alguma, segundo informou o coordenador de sustentabilidade da empresa Largo Resources.

Depois que todas as bacias estão cheias, ainda segundo o coordenador de sustentabilidade, faz-se o envelopamento e cobrem-se com as duas camadas de PAD e deposita terra vegetal para inserir espécies de vegetação nativa no local. Isso é uma forma de proteger o ambiente e também se recuperar mais água do que a empresa iria

utilizar se estivesse optado pela barragem de rejeito que seria a opção no projeto inicial. O material depositado em uma destas bacias será basicamente o ferro, que depois de ter sido recuperado transforma-se em produto comercial também da mina.

Conforme relato, os impactos causados pelas atividades de mineração são supressão de vegetação, remoção de solo e ajustes topográficos. A empresa Vanádio Maracás S.A possui um Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) que tem por objetivo a recuperação ou mitigação dos impactos ambientais ocorridos nesses sítios que foram objeto de alterações na vegetação, na retirada de solo e nas conformações topográfica.

4 AS ALTERAÇÕES NO MEIO SOCIOECONÔMICO

Quanto aos aspectos socioeconômicos a cidade de Maracás pode ser considerada uma área de entorno, tendo em vista que o relacionamento da empresa no que diz respeito às atividades comerciais, de serviços e logística de trabalhadores é realizado também na cidade de Maracás.

Os povoados de Porto Alegre e Pé de Serra são os maiores do município de Maracás, com aproximadamente 1.600 e 670 habitantes. (IBGE 2010) respectivamente, de modo que a planta de beneficiamento mineral situa-se entre um e outro. Com essas características faz-se entender também que estes dois são áreas de influência direta de entorno. No povoado de Porto Alegre, por exemplo, foi construído um alojamento para permanência de aproximadamente 500 trabalhadores durante o período de montagem do empreendimento. A adutora construída capta a água nas proximidades do povoado de Porto Alegre, além de que a estrada que é utilizada para acesso ao empreendimento da empresa Vanádio é a mesma que liga os povoados de Pé de Serra a Porto Alegre.

Recentemente, o povoado de Porto Alegre entrou em processo de elevação à condição de distrito. A sede deste povoado é onde está sendo oferecida parte dos serviços de apoio à montagem da usina de mineração: hospedagem (com um hotel), supermercados, habitação para aluguel, segurança, escritórios de empresas de intermediação de mão-de-obra, dentre outros. Desta maneira, as alterações sociais e econômicas neste povoado são bastante visíveis no aspecto da paisagem local. Acrescentam a tudo isso os problemas que surgiram, segundo informações dos moradores, que se relacionam aumento do índice de uso de drogas e prostituição, mas não é possível precisar de maneira estatística, em função das dificuldades na coleta

destes dados. Ante esta realidade, moradores alugaram suas residências para trabalhadores das empresas terceirizadas, o que pode incrementar ao orçamento de famílias deste povoado um ganho entre 1 a 2 salários mínimos em casas alugadas de dois e três quartos respectivamente.

De acordo a empresa Vanádio Maracás SA, os impactos socioeconômicos que poderiam surgir na fase de implantação (Tabela 1) estariam suscetíveis de mitigação a partir de medidas de intervenção focadas em programas setoriais.

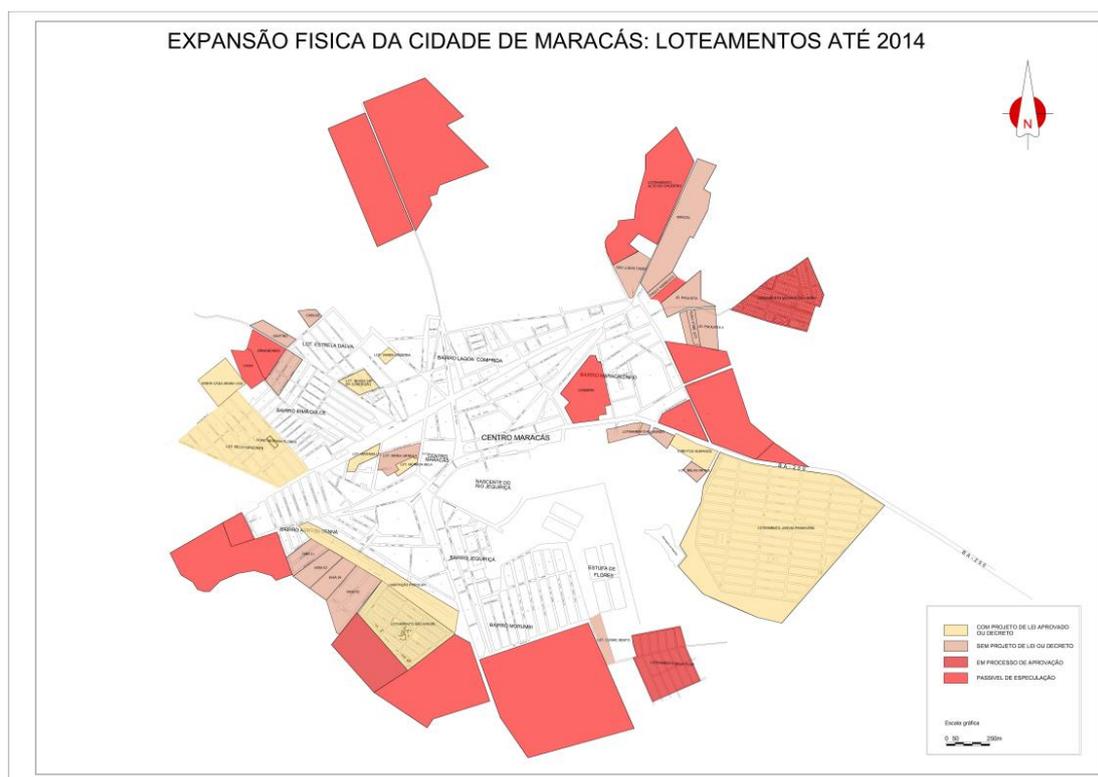
Tabela 1 – Impactos sobre o meio socioeconômico - AID

IMPACTOS	MEDIDAS
Expectativas da população	Programa de comunicação social
Geração de empregos e renda	Programa de contratação da mão-de-obra local
Pressão ocupacional	Contratação de mão-de-obra local - Construção de alojamentos - Transporte para trabalhadores
Dinamização da economia local e regional - Investimento	Priorização de fornecedores locais - Contratação preferencial da mão-de-obra local - Construção da sede da escola agrícola e ambiental
Melhoria da acessibilidade	A serem definidas conjuntamente com as autoridades municipais e estaduais
Incremento na circulação de veículos e risco de acidentes	Programa de comunicação social - Programa de segurança no trânsito
Pressão sobre o sistema educacional	Contratação da mão-de-obra local
Pressão sobre o sistema de saúde pública	- Implantação de ambulatório - Doação de equipamentos médicos - Contratação da mão-de-obra local - Celebração de convênios hospitalares
Pressão sobre o sistema de deposição final de resíduos	Aterro simplificado do próprio empreendimento - Doação de caminhão coletor de lixo para a Prefeitura Municipal de Maracás
Geração de impostos	Geração indireta de impostos oriundos de compras de bens e serviços no município de Maracás e Estado da Bahia, sempre que possível.
Geração de incômodos (ruídos e poeiras)	Programas de controle ambiental - Programa de comunicação social (e adoção de medidas de controle ambiental em consonância com as demandas sociais)
Contenção de fluxos migratórios	Contratação e capacitação da mão-de-obra local

Fonte: EIA- RIMA 2007, p. 85.

Estas áreas devem sofrer os reflexos a princípio por se localizarem na influência direta do empreendimento, mas o controle dos impactos sociais e econômicos conforme Tabela 1 é proposto pela empresa Vanádio Maracás no intuito de evitar danos à população e mudanças na dinâmica local dos povoados citados. De qualquer forma, além dos impactos relacionados no RIMA, quando se trata de atividade mineradora, há com isso uma carga que muito tarda a resolver, é o caso dos passivos socioambientais, como por exemplo a expansão física da cidade que se estende para atender novas demandas por espaço na cidade; pressão sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos; desemprego; violência entre outros. No mapa 1 pode ser observado a diferença entre as áreas da cidade no período anterior à implantação da mineradora e no período posterior aos estudos de impactos ambientais para viabilizar o empreendimento Vanádio de Maracás SA.

MAPA 1 – PLANTA URBANA DA CIDADE DE MARACÁS - 2014



Dentre as áreas de influência direta, caracterizada como ADA quanto aos aspectos socioeconômicos cabe destacar neste texto os rebatimentos econômicos e sociais sobre a cidade de Maracás. Nos últimos cinco anos mais de 23 áreas foram loteadas em função de perspectivas de crescimento econômico por conta da implantação

da mineradora. Por isso, o olhar sobre a questão urbana torna-se significativo, embora outras questões sejam pertinentes, a exemplo dos repasses financeiros por conta dos royalties que serão computados a partir de 2014 com a exploração, beneficiamento e comercialização do minério de vanádio. Neste sentido, especificando a delimitação da ADA de acordo informações constantes do RIMA, é importante destacar que

Para esta área considerou-se toda a extensão territorial que será utilizada para a implantação e operação do complexo industrial minerário, juntamente com suas estruturas de suporte e apoio. Esta delimitação foi escolhida pela fato de que essa área terá sua estrutura de uso e ocupação do solo diretamente modificada e alterada pelo empreendimento. Em sua totalidade, esta área encontra-se localizada no município de Maracás (VANÁDIO DE MARACÁS, 2007, p. 51).

Em se tratando das áreas de influência indireta (AII), podem ser consideradas aquelas áreas propícias aos impactos indiretos da implantação, operação ou desativação do empreendimento, ou seja, aquela na qual ocorrem impactos ambientais, de segunda ou mais ordens. Não somente as áreas na extensão dos povoados próximos podem ser classificados como AII, mas também os espaços onde ocorrem pressão sobre o solo urbano para uso e ocupação seja com a finalidade de expansão física de núcleos urbanos ou mesmo aumento de demandas por serviços de saneamento básico.

Desde o início de 2012, com os procedimentos básicos para o começo do projeto Vanádio de Maracás a questão econômica, social e ambiental sobre este empreendimento vem sendo tema de discussão na comunidade maracaense. Mesmo assim, o principal elemento que motiva as pessoas em relação à atividade mineradora é a geração de empregos, em detrimento de questões de cunho social e econômico como por exemplo a expansão física da cidade e a abertura de novos loteamentos que tendem a gerar demandas por infraestrutura urbana.

Desde o ano de 2010 com a aprovação e sancionamento da Lei Complementar nº 305 de 21 de dezembro de 2009 que “institui o Plano diretor Participativo” é possível perceber o envolvimento do poder público na iminência da implantação do projeto de mineração de Vanádio. Na seção IV da Lei no Art. 28 “Ficam aprovados os seguintes Projetos Estratégicos, cuja descrição está contida no Anexo III desta lei: I – Controle social da Receita Tributária da Exploração do Vanádio – Convanádio”. Assim, dentre as propostas que são relacionadas neste Convanádio destacam-se:

1. Elaboração de um protocolo, contemplando todos os componentes do projeto,

desde princípios e objetivos, até formas de funcionamento e participação dos envolvidos e avaliação de resultados em relação ao controle social permanente da receita gerada pela exploração do vanádio e sua aplicação, com vistas ao interesse público;

2. Criação de coordenação compartilhada entre os envolvidos e de Secretaria executiva permanente do projeto junto à Secretaria da Produção Econômica;
3. Programa de reuniões trimestrais para discussão de: (MARACÁS, 2009, Art. 28).

Embora a legislação municipal estabeleça fundamentos e parâmetros quanto à atividade econômica com base na mineração de vanádio, conforme Art. 28 da Lei Complementar 305/2009, não existe de fato uma comissão de acompanhamento por iniciativa da população local ou do poder público até o momento em que já foram praticamente finalizados os trabalhos da etapa de implantação do empreendimento. Há sim uma comissão de acompanhamento das obras, por obrigação da empresa Vanádio Maracás SA, no sentido de atender aos pré-requisitos dos agentes financiadores do projeto e de órgãos ambientais.

É preciso uma explanação mais orientadora a respeito do projeto Vanádio de Maracás, tendo em vista que se criou expectativas quanto a influencia disso no desenvolvimento do município. Com isso, Maracás enquanto AID no que diz respeito aos aspectos socioeconômicos, especialmente na sede municipal os rebatimentos positivos e negativos já começam a ser percebidos.

5 OS ROYALTIES COMO GERADORES DE SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA EM MARACÁS

Em entrevista com o coordenador de sustentabilidade da empresa Largo Resources, foi questionado a respeito do código mineral que está em tramitação no Congresso Nacional e passível de debate no âmbito das indústrias minerárias. Uma das alterações do código é a modificação no percentual da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) que passa em alguns casos a aumentar em 50%, caso da extração, beneficiamento e comercialização do vanádio que passa de 2% para 4% no que diz respeito à CFEM.

A respeito da alteração do valor da CFEM de 2% para 4%, foi conclusivo ao dizer que é caso da exploração em Maracás, vai ser alterado. Segundo relata, isso deveria ser feito com a legislação atual vigendo, não teria muitas dificuldades. Poderia

ser feito algo por meio de normas por parte do Ministério da Indústria Comércio e Mineração ou o diretor geral, poderia ser feito alterações, mas se procurou outro caminho que é o marco regulatório do código mineral, cujas modificações envolvem taxas; novas realidades para a mineração no Brasil.

Os repasses que serão feitos pela mineradora por meio de CFEM devem ser iniciados no segundo semestre do ano de 2014, mas a sua aplicação deve ter efeito, acredita-se, que a partir de 2015. Isso ocorre porque o orçamento do município é planejado de um ano para o outro, sustentado em um Plano Plurianual (PPA) que deve prever as ações fundamentais para o município. O incremento no orçamento municipal dos valores oriundos da CFEM do vanádio pode possibilitar melhorias na infraestrutura urbana além dos serviços de educação e saúde, que tem sido os setores demandantes por serviços de melhorias, a exemplo de pavimentação de logradouros públicos; construção de praças e jardins; melhoria na infraestrutura das escolas e qualificação profissional; manutenção do hospital municipal etc. todas estas ações podem estar diretamente vinculadas aos recursos transferidos via CFEM. Pela análise do RIMA:

A Vanádio de Maracás tem como área de influência direta o município de Maracás. Trata-se do município que, em função da implantação e operação do empreendimento, sofrerá alterações diretas, na qual se incluem o sistema de uso e ocupação do solo, a estrutura de arrecadação pública, o perfil econômico e o de emprego (VANÁDIO DE MARACÁS, 2007, p. 51).

Certamente os impactos socioeconômicos provocados por conta da implantação de uma usina de beneficiamento mineral são muito maiores, do que estes citados. No entanto, o município tem como obrigação aplicar o montante de sua responsabilidade e, por conseguinte provocar os governos do estado da Bahia e da União a fazer o mesmo, principalmente nas áreas de saneamento e habitação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi analisado sobre a de Maracás em função da implantação do projeto de mineração de vanádio, pode-se perceber que durante o período que compreende os meses de fevereiro de 2012 até dezembro de 2013 ocorreram alterações na dinâmica socioespacial da cidade de Maracás que é considerada como Área de Influência Direta (AID) do empreendimento Vanádio de Maracás SA.

Dentre as mudanças que podem ser elencadas destacam-se a chegada de pessoas para a cidade no intuito de compor a força de trabalho para a implantação da usina de beneficiamento minerário; a abertura de estabelecimentos comerciais para atender a uma nova demanda por produtos e serviços a exemplo de supermercados, casa de material para construção; postos de combustíveis, restaurantes, pousadas; expansão física da cidade com implantação de loteamentos nas áreas limítrofes do perímetro urbano, entre outros.

No que diz respeito aos aportes financeiros oriundos das transferências de impostos por parte da empresa mineradora que é a Vanádio de Maracás SA, sabe-se que até o momento somente foram repassados os valores referentes ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), que segundo informações da própria empresa chega a mais de R\$ 8 milhões durante o período da implantação. Já os valores concernentes a CEFEM devem ser repassados assim que tiver início a comercialização da produção que já está em processo, tendo em vista que entre a extração e o beneficiamento na fase inicial há um tempo para acúmulo de recursos minerários como forma de garantir matéria prima suficiente no processo produtivo.

Durante a fase de implantação foram gerados aproximadamente 1.100 empregos diretos de forma sazonal, de modo que diversas funções compreendem esta força de trabalho. Atualmente há uma perspectiva de que a empresa mantenha em torno de 300 colaboradores distribuídos nos três turnos de funcionamento do empreendimento minerário.

Portanto, a cidade de Maracás tem vivenciado uma nova dinâmica urbana que foi provocada pela recente implantação da usina de extração e beneficiamento de minério de vanádio. Entre os povoados de Porto alegre, Pé de Serra e a cidade de Maracás criou-se um fluxo de transportes, pessoas e serviços que implicou na reestruturação dos espaços nestas localidades.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Iná Elias de. **O problema da escala**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995. 94 p.

DIAS, Leila Christina; Silveira, Rogério Leandro Lima da (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 260 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de informações Básicas Municipais. Perfil dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez.2012.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178 p.

MARACÁS-BA, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor Participativo**, disponível <http://www.maracas.ba.io.org.br>. Acesso em 10 de julho de 2013.

RAFFESTIN, Claude; RACINE, Jean-Baptiste; RUFFY, V. Escala e ação. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. n. 45, v. 1, p. 123-135, jan./mar. 1983.

SANTANA, Mário Rubem Costa. **O espaço urbano em construção**: as redes técnicas na cidade do Salvador do início do Século XXI. Salvador: UFBA, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308 p.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

VANÁDIO DE MARACÁS SA. **RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL-RIMA**: Projeto Vanádio de Maracás. Vanádio de Maracás Ltda: Maracás–Bahia, 2007.